REVISTA OWL (*OWL Journal*)
www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

DO SILÊNCIO AO RECONHECIMENTO HISTÓRICO: COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESCRAVIZAÇÃO E PRESENÇA QUILOMBOLA NO CEARÁ

FROM SILENCE TO HISTORICAL RECOGNITION: COLONIZATION, ECONOMIC DEVELOPMENT, SLAVERY, AND QUILOMBO PRESENCE IN CEARÁ

DOI: 10.5281/zenodo.23935267

João Paulo de Souza Costa[1]
José Hermógenes Moura da Costa[2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão narrativa sobre a presença de populações negras no estado do Ceará. Para isso buscou-se entender inicialmente a colonização, o desenvolvimento econômico e a escravização para posteriormente compreender e sobrevivência quilombola nestas terras. Após a revisão das pesquisas realizadas sobre o assunto, constatou-se a importância da pecuária, a presença tardia do trabalho escravo e a precoce abolição. Em torno disso, o Ceará construiu um mito de ausência negra, apagando a escravização e a resistência afrodescendente. Consequentemente, as comunidades quilombolas atuais enfrentam invisibilidade, precarização de serviços públicos e gargalos na regularização de suas terras. Os dados apontam para a necessidade de pesquisas que vislumbrem a compreensão de como nasceram, se desenvolveram e resistiram ao discurso hegemônico que lhe negara a existência e lhe apagara a importância histórica para a sociedade cearense.

Palavras-chave: quilombo, Ceará, resistência.

ABSTRACT

This article aims to provide a narrative review on the presence of Black populations in the state of Ceará. To do this, it first sought to understand colonization, economic development, and slavery, in

1 Mestrando em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Pós-Graduação em Mestrado em Extensão Rural.
2 Doutor em Sociologia. Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); Colegiado de Ciências Sociais; Programa de Pós-graduação em Extensão Rural.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

order to later grasp quilombola survival in these lands. After reviewing research on the subject, it was found that livestock farming was important, slave labor appeared late, and abolition occurred early. Around this context, Ceará built a myth of Black absence, erasing both slavery and Afro-descendant resistance. As a result, current quilombola communities face invisibility, poor public services, and bottlenecks in land regularization. The data point to the need for research that explores how they were born, developed, and resisted a hegemonic narrative that denied their existence and erased their historical importance in Cearense society.

keywords: quilombo, Ceará, resistance.

INTRODUÇÃO

Desde o 25 de março de 1884 e durante quase um século, a historiografia cearense pregou a pouca presença de pessoas negras e pardas na sociedade local. As obras produzidas durante este longo período de tempo - por autores autodidatas, do campo científico, de agremiações e academias - deram uma visibilidade superficial ao tema, e quando o abordavam, reproduziam narrativas que reduziam a profundidade da experiência negra no estado.

A memória histórica oficial frequentemente associou o tema da negritude à lembrança da escravização, construindo o mito de que nas terras cearenses se viveu este processo de forma "atenuada" e com pouca presença de pessoas escravizadas. Propagou-se ainda a ideia de que esses indivíduos eram tratados sem violência, amenizando a dores inerentes ao regime que, como foi declarado pela ONU, se constituiu "o crime mais grave contra a humanidade".

Nessa perspectiva, sob o epíteto de "Terra do Sol", muito se vangloriou do vanguardismo cearense, afirmando que a abolição em 25 de março de 1884 foi um processo de filantropia da elite aristocrática da *belle époque*, cujos brios e sentimentos humanitários não condiziam com este modelo de trabalho em desfavor das populações afro-diaspóricas. Por assim ser, e dada essa benevolência, se apregoou que os escravizados não tiveram participação no processo abolicionista daquele ano.

Essa invisibilização sistemática teve um efeito deletério para as populações afro no Estado: tentou-se o apagamento da cultura e da contribuição dos afro-brasileiros, cujos valores e saberes moldaram a formação da identidade do povo cearense.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Porém, nas últimas décadas, especialmente após a reabertura democrática, a redescoberta de comunidades rurais negras e quilombolas no Estado desconstruiu as narrativas elaboradas pelo discurso hegemônico, revelando a presença de um grande número de pessoas pardas e negras no Ceará.

Em estudos recentes, surgiram novas abordagens metodológicas e semânticas que superam as narrativas históricas postas e põem em debate aspectos da cultura, da autodefinição, do direito à terra, da memória ancestral, da religiosidade e da cultura popular.

Nesse contexto, torna-se relevante compreender a história da ocupação e do desenvolvimento da Província do Siará para subsidiar um entendimento de como as populações negras resistiram e sobreviveram, a despeito da opressão e das tentativas de apagamento de suas existências.

OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, de caráter exploratório e qualitativo, busca analisar parte da literatura existente sobre o assunto colonização, desenvolvimento econômico e presença quilombola no Ceará, com vista a oferecer uma visão geral do estado da arte do tema. Para isso, adotou-se uma metodologia de revisão narrativa, em que a seleção da bibliografia é definida pelos autores a partir de critérios estabelecidos por eles mesmos (Cordeiro et al., 2007).

Ao privilegiar esse método, pretendemos descobrir fontes e informações diversas sobre o tema, permitindo assim ampliar a discursão teórica já constante nos meios científicos e acadêmicos.

A escolha do referencial teórico foi feito por meio de consultas a livros, repositórios digitais e sites de revistas científicas que veiculam publicações pertinentes ao assunto, o que engloba fontes recentes ou clássicas. Para isso, acessamos as informações, avaliamos a literatura, entendemos os diversos desenhos de estudo e seus níveis de evidência. Ao final, definiu-se uma visão geral a partir dos achados teóricos, com vista a construir uma síntese histórica e narrativa.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

De início, foi estudado o processo de colonização das terras do Ceará, seu povoamento pelo colonizador, a presença da pecuária e a resistência indígena. Abordamos em seguida a introdução do trabalho compulsório do regime de escravização e a presença dos povos afro-diásporicos em solo cearense. Falamos ainda sobre o ciclo econômico do algodão, o processo de abolição cearense, a herança do processo de escravidão e a questão étnico-racial atual. Foi preciso também compreender a envergadura do termo "quilombo", cuja conceituação passou por uma ressignificação semântica nos últimos tempos. Por fim, tratamos de uma analise do material lido, oferecendo uma interpretação sobre a presença e a resistência dos povos negros, das populações rurais negras e quilombolas na região do Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A colonização e o povoamento do Ceará

A colonização das terras da Província do Ceará pelo europeu deu-se tardiamente quando se leva em conta o processo de ocupação do litoral nordestino com sua economia de produção de açúcar. Na região açucareira, a conquista das terras começou no início do século XVI, enquanto que, nos interiores, esse processo só veio a acontecer no final do século XVII com a expansão da pecuária.

> A partir da expansão pecuarista, o solo do Ceará foi esquadrilhado (sic) através de doações de sesmarias, tornou-se palco de sangrentas batalhas entre fazendeiros e os moradores nativos, assistiu à proliferação das fazendas de gados e de vilas, como também o aumento significativo de sua população não-indígena (Otaviano, 2004, p. 14, *apud* De Sousa e Junior, sem data, p. 2).

A ocupação das terras costeiras do Brasil Colônia, especialmente a Zona da Mata, aconteceu com a introdução da cana-de-açúcar e a fundação de vilas, garantindo-se a produção de riquezas e a proteção contra a invasão estrangeira. Ligada a essa atividade econômica primeira, outra ocupação - a criação de gado para carne, transporte e força motriz de funcionamento dos engenhos - acabou por expandir o povoamento para outras áreas do sertão, constituindo, com o tempo, a base da economia dessa região menos povoada.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

A produção de açúcar e a pecuária têm em comum a presença do latifúndio, o uso do trabalho compulsório de indígenas e africanos, a luta pela posse de terras dos povos originários. Embora apresentem essas semelhanças, se distinguem nas dificuldades encontradas no processo de desenvolvimento econômico e nas sociedades que se organizaram a partir do ciclo de produção, dado que os sujeitos que participam dessas atividades se organizaram no espaço e no tempo de formas diversificadas, além das implicações climáticas e ambientais de cada região.

O declínio do comércio do açúcar fez com que a pecuária ganhasse protagonismo, absorvendo grande parte da população ociosa dos engenhos. Assim, rebanhos e populações se expandiram pelos sertões – as regiões interioranas -, enfrentando as intempéries do clima e o antagonismo dos indígenas que resistiram às invasões de suas terras (Funes, 2020). Nesse tempo, é impulsionado o adentramento do colonizador em solo brasileiro, por meio das entradas e bandeiras, dando-se início à transposição das terras limitadas pelo Tratado de Tordesilhas, que definia limites entre as terras de Portugal e as da Espanha desde 1494.

No início da colonização, a Capitania do Ceará incluía terras que hoje correspondem a Rio Grande do Norte e Maranhão. A capitania fora doada em 1535 a Antônio Cardoso de Barros, que não chegou a ocupar o seu lote (Bueno, 1999). Por falta de guarnição e povoamento, a partir de 1590, corsários franceses estabeleceram feitoria e, aliando-se a indígenas da nação Tabajaras, iniciam a exploração de pau-brasil.

Em 1603, Pero Coelho de Souza requereu junto à Corte Portuguesa o título de capitão-mor para desbravar e colonizar a Capitania do Ceará, com a missão de acabar o comércio dos Tabajaras com os franceses (Girão, 1962). Desta forma, o capitão-mor fez o reconhecimento territorial da costa da capitania, na companhia de soldados e indígenas, com o propósito "de descobrir por terra o porto do Jaguaribe, tolher o comércio dos estrangeiros, descobrir minas e oferecer pazes aos gentios" (Studart Filho, 1937, p. 8). Essa expedição teve o êxito de expulsar os franceses, mas não efetivou a povoação das terras da província.

Uma segunda tentativa de ocupação e exploração se deu em 1607 e 1608, por Francisco Pinto e Luis Figueiras, jesuítas que vinham catequizar os povos indígenas Essa tentativa

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

também não logrou muito êxito na consolidação da presença do colonizador nas terras da capitania (Studart Filho, 1937, p. 8).

A terceira tentativa de exploração e fundação de povoamento se deu em 1611 com Martim Soares Moreno, que é considerado na historiografia tradicional o fundador do Ceará. Na sua empreitada, Martim Soares erigiu o Forte São Sebastião e fez amizades com os povos originários, garantindo-se assim um tímido processo de fixação de domínio português nas terras da província (Girão, 1962).

Esse episódio da historiografia da Capitania será narrado mais tarde, durante o período do Romantismo, pelo cearense José de Alencar, ao compor a obra intitulada Iracema, romance em prosa poética que conta a paixão da personagem feminina homônima pelo conquistador Martim Soares Moreno. No romance, Iracema (indígena Tabajara - tribo guerreira que percorre os sertões do Ceará) tem um filho com o personagem histórico. Essa criança é chamada de Moacir, o qual é considerado o primeiro cearense, fruto da união entre o elemento nativo e o colonizador branco europeu. A obra alencariana, lançada em 1865, já prenunciava um arcabouço ideológico que irá contaminar fortemente a historiografia oficial do Ceará desde a abolição até os finais do século XIX: o apagamento da presença negra na composição do povo cearense.

A estadia de Martim Soares Moreno em solo cearense não garantiu a povoação de fato das terras da Capitania, pois as invasões holandesas, de 1630 a 1654, comprometeram a indústria colonizadora do europeu. Os holandeses, que se organizaram no nordeste, buscavam controlar a região produtora de cana-de-açúcar e explorar outras riquezas naturais.

Com a expulsão dos holandeses e o retorno do domínio português sobre a colônia, o Ceará continuou com seu acanhado desenvolvimento, o qual

> não se deveu apenas à capacidade administrativa dos capitães-mores, a desavenças entre as autoridades e à pobreza financeira das câmaras e dos cofres reais. Deveu-se, muito mais, às condições de ordem geral, a que estava sujeito Pernambuco, a capitania de quem dependia economicamente de 1656 a 1799. O pequeno número de povoadores pelo litoral não se animava a investir contra o sertão dominado pelo silvícola agressivo e indomável, sempre pronto a repelir o invasor à flecha (sic) e tacape, em defesa de sua gleba; a bicharada hostil e a ecologia desconhecida

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

> aterrorizavam o homem branco, prendendo-o cada vez mais à orla marítima. (Girão V. C, 1958, p 59)

Para Valdelice Carneiro Girão, o colonizador europeu encontrou uma série de fatores que obstaculizaram a ocupação do território cearense, como a resistência dos povos originários - donos de fato desses territórios - e as condições climáticas da região. A Capitania do Ceará tem em seu histórico a lembrança de trágicas estiagens que acometeram e dizimaram populações, forçando-as a migrar para regiões mais adequadas à sua sobrevivência (Rios, 2014).

Mesmo diante deste quadro desaminador para o colonizador europeu, a necessidade de se buscar novas mercadorias e expandir a pecuária fez com que a província ganhasse novo impulso em seu povoamento. Aventureiros, desbravadores, jesuítas, sesmeiros e indígenas aldeados adentravam paulatinamente os rincões dos sertões, caatingas e cerrados, em um longo processo que ficou conhecido na literatura histórica como o "desenvolvimento das Capitanias do Norte" (Barbosa e Da Silva, 2025).

Capistrano de Abreu afirma que a povoação do nordeste (o que inclui as terras cearenses) se deu por duas vias: a via do "Sertão de Fora", dominada por pernambucanos, que se deslocavam pelas faixas mais próximas ao litoral, seguindo por Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em direção ao Maranhão; e a via do "Sertão de dentro", controlada por baianos, que vinham pelo interior nordestino abrangendo a região que vai do médio São Francisco ao rio Parnaíba, no Piauí, ocupando o sul da capitania cearense (Abreu, 2008). Foi no Ceará que estas duas vias se encontravam, com seus respectivos rebanhos, os quais iriam promovendo a presença de currais e fazendas de criar, formando povoação nas regiões mais inóspitas e áridas, contando com o trabalho de brancos livres, indígenas e pessoas negras livres e em regime de escravidão (Funes, 2020).

Segundo José Alíppio Goulart, (1965, p. 18):

> No decorrer do século XVIII, é quando se vai iniciar a grande penetração, aquela que realmente levará bois e vaqueiros às áreas sertanejas do nordeste. O gado da Bahia toma duas direções: uma para o centro da colônia, no sentido das minas (...); a outra desvia-se procurando o norte. (...) Juntas, tomam as duas correntes a direção do sudeste; e a chifralhada (sic) irrompe no Ceará, onde vai encontrar novo gado de

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

> Pernambuco, que subiu no sentido contrário contornando traçado irregular do pantanal.

Essas duas frentes foram, ao logo do processo, fazendo a ocupação da terra, formando pequenas vilas e povoados, os quais posteriormente se transformaram nos centros urbanos de hoje. Em certa medida, a expansão da pecuária promoveu a expulsão dos indígenas de várias etnias, especialmente os Cariris, dando-se conflitos constantes no percurso colonizador e na invasão das terras (Puntoni, 2002).

A pecuária – atividade econômica inicial – e a resistência indígena

Desde o século XVII, já circulavam informações sobre a possibilidade de uso das terras da Província do Ceará para a criação de gado *vacum*. Martim Soares Moreno, o oficial colonizador, já atestava na sua "Relação do Siará" que "... para pastos de todo o gado são estas terras as melhores que hei visto" (Cavalcante, 2020).

A presença de fronteiras de serras e mares, o clima semiárido, a predominância do bioma caatinga permitiam apenas o desenvolvimento da pecuária como atividade inicial de larga produção na econômica da região, a partir das chamadas "fazendas de criar", expandindo-se assim o domínio da colonização (Silva, 2011, p. 24). Assim, o gado adaptou-se ao novo habitat, uma extensa área pouco atrativa à agricultura da cana-de-açúcar.

Os colonizadores iniciantes que adentraram as terras interioranas da Capitania do Ceará não detinham capital suficiente para adquirir escravos negros e, em certa medida, a pecuária não exigia muita mão de obra, bastando poucos trabalhadores para campear e cuidar do gado (Funes, 2020). Mesmo após a consolidação desta atividade econômica, não havia lucros robustos e suficientes para a aquisição de trabalho escravo de pessoas africanas, como se dava nas regiões açucareiras.

Nesse processo de introdução da pecuária, as populações indígenas apresentaram forte resistência à invasão, culminando com atividades bélicas e genocídio de populações e etnias inteiras. Quando se deram as proibições da Coroa Portuguesa da escravização e da

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

perseguição ao gentio, o colonizador recorreu à "guerra justa", abrindo caminhos e vazantes para o gado e apropriando-se das terras dos nativos.

Na capitania cearense, Pedro Alberto de Oliveira nos informa que

> Os trinta primeiros anos do século XVIII assistiram a uma imensa atividade colonizadora, como também aos últimos grandes movimentos de resistência dos indígenas, seguidos que foram de rigorosa repressão. Quatro expedições punitivas e de preamento contra eles foram organizadas pelas autoridades. (Silva, 2011, p 41).

Essas expedições ocorreram sucessivamente nos anos de 1708, 1713, 1721 e 1727. As investidas firmaram o domínio do colonizador, com o quase extermínio completo dos povos originários a tal ponto que, por volta da metade do século XVIII, quase todo o território cearense estava devassado, com exceção da região do Cariri (Silva, 2011, p. 42).

As terras do Ceará contavam com grande numerário desses povos, porque o processo de ocupação da região litorânea e de outras freguesias havia expulsado os nativos para as grandes regiões inóspitas da caatinga, pois eram terras poucos cobiçadas pelo colonizador devido ao difícil acesso ou à escassez de riquezas naturais. Assim, o interior da província do Ceará se tornou o refúgio para essa gente, que contou com o trabalho missionário dos jesuítas no conhecido processo de aldeamento (Studart Filho, 1937).

Desse choque entre colonizador e nativo deu-se aprisionamento de indígenas para o trabalho forçado, usado inicialmente, em certa medida, devido à grande oferta e por ser mais barata do que a força de trabalho de pessoas negras importadas da África, a qual era muito comum em outras capitanias e na zona açucareira.

A pecuária aproveitou dessa condição favorável dos entrechoques com os nativos, tanto para submetê-los ao domínio português, como para tomar-lhes as terras e fazê-los prisioneiros de guerra com a finalidade de escravizá-los. Para Silva (2011, p. 26):

> a insubmissão dos indígenas aos invasores trouxe represálias sangrentas, foram organizadas então guerras de extermínio, sendo os sobreviventes aproveitados como mão de obra cativa. A criação de gado não exigia muita força de trabalho e os colonos não possuíam condições econômicas para adquirir escravos negros.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Foi nesse cenário bélico e desolador ao homem indígena que as atividades pecuaristas nas terras cearenses se consolidaram como meio produtivo essencial e por meio dela se estabeleceram definitivamente a ocupação e o povoamento. De início, o colonizador optou pelas terras mais atrativas, com fontes de água, como as ribeiras de rios e riachos; posteriormente, foi adentrando pelas regiões inóspitas e áridas, superando as intempéries e adequando o rebanho à escassez de pastagens e recursos hídricos. Esse fenômeno estabeleceu uma cultura que tinha no boi o centro de todas as atividades econômicas e sociais, sendo a responsável pela construção da identidade do vaqueiro, processo ao qual Capistrano de Abreu definiu como a "Civilização do Couro" (Abreu, 1988).

> A interiorização acelerou-se rios acima, podendo dizer-se que, na última década do século XVII até a terceira do século seguinte, já transformados em fazendas de criar, multiplicaram-se os currais, implantando-se, com isso, uma economia essencialmente de criatório. O fazendeiro, o boi e o vaqueiro são o trinômio dessa estrutura econômica, aí constando o fazendeiro como *pater famílias* de uma nova espécie, senhor de braços e cutelo, ajudado no pastoreio pelos seus vaqueiros fiéis e destemerosos nos afãs da criação do *vacum* e gados menores [...].A economia cearense assentaria, dessa forma, na exploração dos gados. O trabalho agrícola era supletivo (Silva et al 2017, p. 33).

A atividade da pecuária no Ceará contou com uma diversidade de formas de trabalho nas fazendas de criar: indígenas livres, indígenas cativos, brancos livres, mulatos e negros livres ou cativos. Como já foi dito, a atividade de campear e tratar do gado ocupou pouca mão de obra, diferentemente dos processos de plantação de cana-de-açúcar e produção dos engenhos (Girão, V. C, 1956).

A introdução do trabalho escravo no Ceará

Não se sabe exatamente em que momento a pessoa negra africana adentrou o ciclo de produção da pecuária cearense como força produtiva. Como os valores necessários para aquisição desta mão de obra eram bastante elevados e os rebanhos bovinos não rendiam tanto como a produção do açúcar, foi muito aproveitado o trabalho compulsório dos antigos habitantes (Silva, 2011). Ficou corrente a compreensão que o rebanho criado solto facilitou a

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

adaptação do indígena que mais facilmente se adequou ao trabalho pastoril (Girão, V. C, p. 62).

A Capitania do Ceará não teve porto de recebimento de navios com escravos traficados diretamente da África, tarefa que foi atribuída aos portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Desta forma, a mão de obra escrava, em sua maioria, adentrou o solo cearense não por vias marítimas, mas por terra, vinda de províncias vizinhas. Segundo João Brígido, por volta de 1719, já existiam escravos negros no Ceará, oriundos provavelmente de Pernambuco (Brígido, 2011).

A primeira notícia da presença de africanos em regime de trabalho escravo no Ceará data precisamente de 1756, quando foram descobertas as minas de ouro no Cariri, localizado na região sul da província (Bandeira, 2011, p. 205). Para o desenvolvimento da mineração, foram trazidas sessenta e nove pessoas negras, vindas de Pernambuco (Studart, 1937).

Para a exploração do minério cearense, foi fundada a Companhia de Ouros das Minas de São José dos Cariris, a qual durou poucos anos e acredita-se que os escravos voltaram para seus destinos de origem. Os produtores locais retornaram também às atividades anteriores, a agricultura e a pecuária.

Apesar da curta existência, esse episódio acarretou uma forte migração para a região caririense, causando rápido povoamento por toda sua extensão, contando com gente de várias regiões circunvizinhas (Cortez, 2011). Concomitantemente, iniciou-se nos brejos o plantio de cana-de-açúcar para produção de rapadura que, junto à criação de gado, impulsionou o comércio com a região pernambucana, dando-se a introdução do trabalho escravo nos canaviais e engenhos da região (Silva, 2011, p. 28).

Os dados de que dispomos nos levam a perceber que a presença de pessoas negras escravizadas foi pouco numerosa nos primeiros anos da colonização do Ceará, ou seja, nos séculos XVI e XVII. Além disso, esse contingente se apresentava distribuído de forma não uniforme, com regiões com maior presença dessa força de trabalho e outras com número reduzido ou escasso (Silva, 2011).

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Por volta da metade do Século XVIII, a economia cearense havia crescido bastante. Quase todos os vales dos rios da capitania estavam ocupados por fazendas de criar e pequenas lavouras de subsistência. Boa parte da riqueza conquistada nesse período deve ter sido empregada para a aquisição de mão de obra escrava, pois os dados oficiais apresentam um crescente percentual na presença de pessoas escravizadas nesse período, "representando mais um bem econômico do que uma força produtiva" (Silva, 2011).

De acordo com a análise acima de Pedro Alberto Silva (2011), a província de Pernambuco fora a abastecedora da mão de obra escrava africana para o Ceará. A Praça do Recife detinha o controle político e administrativo das terras cearenses, fato que permitia o monopólio das transações comerciais que envolviam a província até os finais do século XVIII, quando os cearenses tiveram autonomia de conduzir sua vida política e econômica.

Quando se deu a autonomia em 1799, negociantes cearenses tentaram, por diversas vezes, adquirir o direito de comercializar escravos diretamente da África, desejo que fora negado em todas as tentativas. Porém, passaram a poder negociar com liberdade com outras capitanias. Por essa época, a agropecuária já estava estabelecida e com recursos para adquirir força cativa. Segundo Funes (2004), foi a consolidação da pecuária que permitiu a introdução do trabalho em regime de escravidão na província do Ceará e pela presença de pessoas pretas e pardas..

> Na medida em que as fazendas de criar vão sendo estabelecidas ao longo dos rios, que se configuram como caminhos naturais para a ocupação do sertão, os negros também foram ocupados estes espaços na condição de cativos ou trabalhadores livres, como proprietários [...] À medida que a ocupação do Ceará foi-se efetivando, consequência natural da frente de expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros e pardos, vindos de províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de quarta, ou como morador e agregado junto às fazendas de criar (Funes, 2004, p.104-105).

Na citação de Funes, uma informação será substancialmente importante para a compreensão das questões étnico-raciais no Ceará: nem sempre a presença de pessoas negras ou pardas é sinônima de escravidão. Essa associação será feita durante o período pós-abolicionista, de maneira geral no país e, excepcionalmente, no Ceará, onde se estabeleceu

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

durante quase um século a narrativa de que a formação histórica do Estado teve como base a pouca presença do negro devido à "escassa" força de trabalho cativa.

O Ciclo do algodão e o trabalho escravo

No final do século XVIII, apesar do avançado do processo colonizador, a província do Ceará ainda era região de menor importância para as prioridades da Coroa Portuguesa. A pecuária estava consolidada, mas persistiam as narrativas de sertões secos, em cujos domínios reinavam a escassez de recursos hídricos, o que significava que as terras eram propícias apenas para a criação de rebanhos.

No início do século XIX, a economia da província passou a investir na produção do algodão, aproveitando o momento internacional de procura pelo "ouro branco", como passou a ser conhecido esse produto. A Revolução Industrial inglesa havia dinamizado o mercado de produtos têxteis, oriundos da cotonicultura, cujo maior produtor era os Estados Unidos, que, nesse momento, vivia sua Guerra da Secessão. Soma-se a isso a valorização e a procura do algodão no mercado internacional.

Sobre esse fato, Djacir Menezes (*apud* Silva *et al*, 2017, p. 34) reforça que:

> O desenvolvimento da lavoura algodoeira não fez desaparecer a pecuária extensiva. Elas coexistiram e ao lado da expansão da lavoura do algodão o homem do sertão pôs-se cada vez mais à procura de maiores áreas para a criação. Gado e algodão continuaram sendo as bases econômicas da Capitania, sendo, porém, o algodão o produto que adquiriu grande importância fazendo com que seu cultivo assumisse feições comerciais mais evoluídas compatíveis com a segunda metade do século XVIII.

A produção de algodão cresceu substancialmente a partir de então. Os rendimentos advindos proporcionaram a expansão da mão de obra escravizada, pois foi a economia algodoeira que trouxe capital para o Ceará (Silva, 2011).

Em virtude dessa crescente onda econômica, em 1808, a Câmara de Fortaleza solicita ao Rei a isenção de impostos sobre a compra de escravos que entrassem na capitania, pedido que lhe fora negado (Brígido, 2001). O intuito dessa solicitação era baratear a aquisição desta mão de obra para a produção algodoeira que andava em crescente desenvolvimento.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Por essa época, a Província do Ceará tinha conquistado sua independência em relação ao Pernambuco, fato datado de 1799. Passou-se então a ter autonomia para administrar suas rendas e, consequentemente, a aquisição de escravos para sua economia.

Segundo Pedro Alberto Silva (2011),

> Foi nesse período de prosperidade financeira que mais cresceu o número de escravos negros aqui (no Ceará). Tollenare, visitante francês que esteve em Pernambuco em 1816-1817, afirmava, por ouvir falar, que "nos confins do Ceará há propriedades de algodoais com 300 escravos". Foram pouquíssimos esses senhores, mas o pesquisador e historiador Billy Jaynes Chandler encontrou no inventário de José do Valle Pedrosa, feito em 1843, o registro de 263 escravos entre outros bens que possuía. (...) Afirma-se, também, que Antônio José Moreira Gomes, comerciante em Fortaleza no começo do século, era possuidor de duas centenas de escravos negros, importados para venda.

As informações apresentadas pelo visitante e pelo pesquisador coadunam com os dados estatísticos, os quais apresentam a primeira metade do século XIX como de crescimento da mão de obra cativa. Segundo Silva (2011, p. 85), "na década de 1840 o trabalho escravo no Ceará atingiu seu ápice, com 13% da população em regime de escravidão". Para Rodrigues, (*apud* Baldé, 2016, p. 27):

> De maneira sucinta, é importante ressaltar a presença do escravo no sertão cearense desde o século XVII, porém será no século XVIII, Com a produção de algodão, que o africano e seu descendente serão utilizados em maior quantidade. Isso se deu principalmente no início dessa produção quando se tentou implementá-la na mesma forma que a produção de cana-de-açúcar.

Tal qual a cana-de-açúcar, a produção do algodão deu-se exclusivamente para o comércio externo; por isso, no intuito de aperfeiçoar e ampliar a lucratividade, as duas atividades exploraram ao máximo a força produtiva escrava. Também, da mesma forma como ocorreu com o açúcar (em que o declínio da produção acarretou a menor presença dessa mão de obra), quando o algodão perde sua importância nas exportações, vamos perceber uma evasão desse contingente de trabalhadores escravizados. Esse fenômeno de escasseamento foi impulsionado pelo tráfico interprovincial - principalmente para sul e sudeste -, culminando

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

com a total erradicação do trabalho escravo, fomentado pelos movimentos abolicionistas que, no Ceará, deram-se mais cedo do que no restante do Brasil.

O processo de abolição cearense

Desde a instituição do regime de escravidão na colônia, os africanos lutaram incansavelmente por liberdade e dignidade, persistindo no embate por diversas maneiras: fugas, organizações de quilombos, revoltas populares. Assim, a abolição foi conquistada com coragem e inteligência praticadas por negros e pessoas simpáticas à causa, e não apenas pela bondade da elite brasileira.

O declínio do processo escravagista foi lento e gradual. Diante às pressões exercidas pela Coroa Inglesa sobre o tráfico intercontinental de escravos da África para a América, o Brasil editou, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, a qual proibia essa prática criminosa. Apesar de não coibir de vez essa atividade, o sistema escravagista perdeu muito de sua força econômica, ficando cada vez mais clara sua inviabilidade e sua sustentabilidade dentro dos modos civilizatórios. A longo prazo, essa medida jurídica representou uma força impulsionadora para novas pressões e transformações políticas, dando novos rumos à escravatura no país (Cortez, 2011).

No Brasil, começam a surgir campos de debates em torno da abolição total da escravatura, cujo discurso favorável a esse fim ganha eco na voz de poetas da terceira geração romântica ou condoreira, acompanhada por personalidades públicas de grande relevo social.

Embora não abolisse de vez a escravatura, a Lei Eusébio de Queiroz criminaliza a entrada de escravizados na colônia, o que leva a uma queda acentuada de trabalhadores em território brasileiro. Consequentemente, novas leis vieram posteriormente, limitando a presença dessa mão de obra, exercendo pressões econômicas, como as Leis do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Quando é editada a Lei Áurea (1888), o país já estava convencido de que a escravatura era um sistema insustentável e vencido, portanto, já passava da hora de ser extinta (Silva, 2011).

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Com o fim da importação de escravos da África, amplia-se o tráfico interprovincial na colônia, que, embora já existente como prática corriqueira, ganha feição de novo método de aquisição de mão de obra por parte dos escravagistas.

Essa nova prática, por um lado, vai ser a responsável por manter a mão de obra nas lavouras da região sudeste, cuja atividade agrícola da cafeicultura estava em fase de expansão e passou a depender de trabalhadores de outras regiões. Com isso "[...] ocorreu um deslocamento maciço de escravos das regiões nordestinas, com destino, principalmente, às plantações de café do Sudeste" (Cortez, 2015, p. 220); por outro, findou esvaziando as províncias exportadoras, a exemplo o Ceará, que passa a cultivar um pensamento libertário sobre a condição da escravatura.

O tráfico interprovincial acabou por provocar um desequilíbrio na presença da mão de obra escrava nas diversas regiões do país. Com uma economia desorganizada pela crise do algodão, o Ceará foi uma das províncias que mais se destacou na venda de escravos (Silva, 2011). A mão de obra local era mais aproveita na venda para outras regiões do que na labuta de uma economia pauperizada.

Um segundo aspecto está relacionado às condições climáticas, pois os ciclos de seca flagelavam periodicamente populações e gado cearenses, expondo a província a situações calamitosas, acabando com as charqueadas e a exuberância dos rebanhos. Como estratégia de sobrevivência, diante às pressões econômicas, tornou-se comum entre os proprietários a prática de se desfazer de gado e de escravos para conseguir mantimentos. A exemplo, durante a seca de 1870, o Ceará foi a província que mais enviou escravos para a região sul, motivada pela venda interprovincial (Graham, 2002, p 131-132).

Na mesma década, começam a ser editadas leis em diversas províncias, instituindo tributos sobre a entrada de escravos oriundos do mercado escravagista interprovincial. Corria um temor de que houvesse um esvaziamento nas províncias exportadoras e uma superpopulação de escravos nas compradoras, o que acarretaria uma insatisfação populacional ou até mesmo o fortalecimento do movimento abolicionista já bastante robusto no país. As

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

províncias do Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram as que protagonizaram esse novo tributo (Silva, 2011).

O Ceará estava no centro da oferta do mercado exportador deste comércio interprovincial, com altos preços sobre a venda de pessoas escravizadas, especialmente para a zona cafeeira (Silva, 2011). Com a edição dessas medidas tributárias, o valor da mão de obra passou a ter menor cotação, abrindo espaço para as ideias da abolição do regime e caminhos para a introdução da mão de obra livre. Com a perda dos lucros obtidos pela venda de escravos para outras regiões, manter a escravatura em solo cearense tornou-se um negócio desinteressante para a elite econômica. Para de Souza Martins,

> A recepção e sucesso do movimento abolicionista no Ceará explica-se assim por motivos principalmente econômicos e não humanitários conforme os abolicionistas fizeram saber sobre si. Não seria mera coincidência o fato de que a maior sociedade abolicionista do Ceará, a Sociedade Cearense Libertadora, surgida justamente em 8 de dezembro de 1880, tenha nascido de uma associação comercial, a Perseverança e Porvir (De Souza Martins, 2011, p 3).

Soma-se a esse fator econômico a sensibilização de trabalhadores do mar do Ceará – os responsáveis pela condução das embarcações que transportavam mercadorias e escravos para outras províncias. Um episódio marcante desses jangadeiros deu-se em 1881, em que um personagem de nome Francisco José do Nascimento (Chico da Matilde), junto a seus companheiros – quase todos ex-escravizados -, fizeram um ato de protesto, recusando-se a embarcar e transportar trabalhadores negros que iriam ser exportados para outras províncias (Silva, 2011).

O Episódio dos jangadeiros ficaria conhecido nacionalmente, lançando o nome de seu personagem principal para os anais da luta abolicionista no Ceará, que passou a ser conhecido por Dragão do Mar. Consequentemente, o debate abolicionista fervilhou no cenário provincial, impulsionamento as atividades das sociedades libertadoras já existentes e fomentando a criação de outas.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

A luta pela abolição da escravidão ganhava fôlego como o surgimento dessas diversas associações civis, organizadas por intelectuais, religiosos e cidadãos engajados na causa da liberdade – tanto de livres ou cativos -, especialmente a partir de 1870 (Funes, 2004). Essas entidades foram muito importantes para a mobilização da população em benefício da causa emancipatória, o que envolvia a arrecadação de fundos para manumissões e a promoção de debate de ideias nos jornais e espaços públicos.

Entre essas associações, ganha destaque a *Sociedade Cearense Libertadora*, fundada em Fortaleza em 1880, passando a ser uma das mais atuantes no Brasil e a mais importante no movimento abolicionista do Ceará. Essa agremiação reuniu jornalistas, advogados, professores, padres e idealistas, os quais empreenderam movimentos de arrecadação de fundos para manumissões em massa, defesa de escravos em processos de alforrias, campanhas jornalísticas, conferências, saraus e outros.

Para levar sua mensagem ao público fortalezense e cearense, a Sociedade Libertadora lança um jornal de nome "Libertador", o qual, no dia 1º de janeiro de 1881, traz estampada a seguinte informação:

> Com o título – Libertador – veio a luz nesta capital mais um órgão de publicidade, da Sociedade Cearense Libertadora [...] destina-se à sustentação do problema mais difícil que preocupa atualmente o pensamento nacional – a extinção do elemento servil. (Caxile, 2018, p. 83)

"A Sociedade Cearense Libertadora (SCL) diferenciava-se das demais por empreender ações radicais em relação ao abolicionismo" (Cordeiro, 2023, p 123). No seu estatuto, pregava como objetivo "libertar escravos, seja por que meio for". Para isso, foi comum a prática de esconder e apoiar escravos fugidos, escondendo-os em chácaras, sítio e residências (Girão, 1962, p. 121).

Outra agremiação de muita importância foi o Clube Abolicionista Cearense, composto por advogados, jornalistas, políticos e intelectuais que, semelhante à Sociedade Cearense Libertadora, organizavam debates, seminários, divulgação de ideias, por meio de panfletagem e artigos de opinião. Entre os seus membros, destacavam-se nomes como José do Patrocínio, que, embora mais ligado ao movimento nacional, influenciou muito os abolicionistas locais, e

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

o cearense Benedito Augusto da Silva, que foi um dos primeiros deputados a defender a causa no Ceará (Cordeiro, 2023, p 123).

Outras agremiações se somam a estas, como o *Clube Abolicionista Cearense,* o *Clube do Lavradio,* a *Sociedade Cearense de Defesa da Liberdade, o_Movimento Feminino Abolicionista*. Todas essas organizações contavam com intelectuais e personalidades da aristocracia cearense.

Fato é que a luta abolicionista ganhou corpo no território cearense, evidenciando a necessidade de se pôr fim ao regime de escravatura. Esse veio ocorrer em 25 de março de 1884, na capital da Província do Ceará - Fortaleza – com festividades de grande pompa.

Nesse dia, o jornal *O Libertador* trazia estampada na página inicial a seguinte manchete: "HOMENAGEM A PROVINCIA DO CEARÁ PELA LIBERTAÇÃO TOTAL DOS SEUS ESCRAVISADOS". Abaixo, na referida página, seguem diversas homenagens ao considerado feito cearense, as quais podem ser resumidas em:

> O dia 25 de março de 1884 marcará na historia patria uma éra grandiosa e imorredoura, pois relembrará a redenção dos captivos n`esta brioza provincia. Este exemplo, dado pelo Ceará, será um poderoso incentivo às suas Irmãs do Norte e Sul do Imperio, para que, imitando-a, possão dentro do mais curto espaço de tempo, formando uma só Constellação, entoar o hymno da verdadeira confraternização de todos os brasileiros. Que o grito do Ceará, como o do Ypiranga, seja repetido desde o Amazonas até o Prata.

A iniciativa da Província do Ceará foi comemorada com entusiasmo por todas as ligas e personagens abolicionista nas diversas regiões do país e até mesmo na Europa. O fato oxigenou a luta pelo fim do regime no Império, a tal ponto de se afirmar-se com certo exagero que fora a ação vanguardista cearense a impulsionadora desse desfecho nacional. Pedro Alberto de Oliveira comenta que "o exemplo cearense criou um precedente perigoso nas demais províncias, principalmente entre aquelas que possuíam uma estrutura escravista combalida". (Silva, 2011, p. 46)

Na capital do império, Rio de Janeiro, o feito cearense foi comemorado com grande repercussão, como explicitado abaixo.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

> Após a Província do Ceará ter decretado a abolição da escravatura em seu território, esse evento foi amplamente divulgado nos periódicos da cidade do Rio de Janeiro e um clima de euforia inundou as ruas da Corte Imperial que se tornaram palco de festas, comícios, quermesses, passeatas e manifestações públicas de diversos setores da sociedade. Estas festas em comemoração a abolição do Ceará despertaram o interesse de toda a população da Corte, propagando rumores e expectativas pelas ruas. Mais do que isso, não apenas despertaram o interesse da opinião pública sobre essas notícias, mas criaram uma atmosfera de medo de revoltas e sublevações de escravos na população do Rio de Janeiro. (Ferreira, 2009, p. 6)

Os temores da elite do Rio de Janeiro tinha sentido de ser. Bastariam apenas quatro anos para dar-se de vez a ruína do velho regime. Com ele, ruiu também a monarquia, implantando-se uma nova forma de governo – a República. Nessa nova fase do Brasil, os capítulos da história dos ex-escravizados - sejam pretos, mulatos ou pardos - em pouco se diferenciaram do antigo regime. Deu-se a liberdade sem a garantia da cidadania (Schwarcz, 2010). No Ceará, o processo de pós-abolição não se diferencia do restante do país.

Passados poucos dias da euforia das comemorações desse tempo adventício, logo se percebeu que faltavam à Capitania do Ceará completar seu processo abolicionista, pois, descobriu-se que no município de Milagres não havia ocorrido todas as manumissões (Silva, 2011). Ainda existiam 108 pessoas em trabalho escravo na capitania. Esse impasse não foi capaz de tirar do povo cearense a vangloria de ser a primeira capitania a abolir o vergonho sistema de escravização humana no país.

A herança do processo de escravidão no Ceará

Uma vez posto fim ao modelo de escravização, e passadas as comemorações abolicionistas, é dado o momento de a sociedade cearense gerir a herança do que restou do sistema e lidar com a presença de pessoas pretas e pardas na capitania, sejam elas remanescentes da escravidão ou fruto do processo natural de miscigenação étnico-racial (Funes, 2004).

Em parte, esses homens, mulheres e crianças, agora em situação de liberdade e autonomia, eram cidadãos de direitos sociais, com necessidade de acesso a terra para produzir

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

subsistência, fixar moradia e conviver com sua família. Nas pequenas vilas e povoados, esses novos cidadãos precisavam ocupar postos de trabalhos, ter residência própria e participar da sociedade tais quais os outros membros. Por fim, era preciso que se fizesse a inclusão social desses indivíduos que recuperaram sua dignidade e sua condição de liberdade após anos de usurpação de seus direitos (Schwarcz, 2010).

Era preciso também lidar com o passado histórico da escravidão, pois os séculos de violação à dignidade dessas pessoas não poderiam ser esquecidos ou simplesmente ignorados. Para uma parte da população, havia o constrangimento social de ter convivido de forma conivente com tal prática abusiva por anos, cuja existência fora justifica e tolerada por parâmetros que agora, após a abolição, perdiam o sentido e a capacidade de sustentação ideológica.

De início, é fato conhecido que quase toda a documentação alusiva aos anos de escravidão no Brasil foi incinerada a mando do Ministro da Fazenda à época, Rui Barbosa (Schwarcz, 2010). Assim, foram extintos registros de cartório sobre compra e venda de escravos no Brasil, livros de matrícula, dados de controle aduaneiro e registros de arrecadação tributária.

A documentação do Ceará teve a mesma sorte, pois o Ministério da Fazenda solicitou o envio dos arquivos de todas as províncias para ser dado o mesmo fim. De acordo com Lilia Schwarcz, esse episódio foi uma tentativa de esquecimento do passado escravagista, cuja memória macularia a imagem da recém-instalada República, tida, naquele momento, por uma parte da sociedade, como símbolo do progresso humano e da civilização (Schwarcz, 2010, p. 80)

A princípio, o processo de abolição na Província do Ceará passou a ser propagada pelo discurso ideológico hegemônico como um movimento de filantropia e benevolência da elite aristocrática cearense, cujos brios humanitários não coadunavam com as práticas de um regime decadente e antiprogressista. Para Marques (2013, p.4):

> a liberdade para os escravos foi encarada por uma "elite" política e intelectual como questão de patriotismo. Ao mesmo tempo, os abolicionistas assumiram o papel de

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

> "heróis cívicos" já que promoviam a "salvação", ou seja, a redenção dos cativos, em geral vistos como sujeitos inertes no processo emancipatório.

Assim, no Ceará, divulgou-se uma abolição do negro, sem o negro. O escravo passou a ser entendido como sujeito inativo, marasmático, incapaz de contestar sua condição de opressão, sem tino para lutar por seus ideais de liberdade; por isso, foi necessário o beneplácito da elite ilustrada e instruída, superior em astúcias e valores, para que se fizesse livre. Essa narrativa visava, entre outras coisas, construir no imaginário coletivo a percepção da negritude como condição de falta, de ausência, logo um atributo a ser superado ou extirpado da identidade do cearense (Funes, 2020).

Por essa época, dominavam no cenário intelectual de Fortaleza as ideias positivistas e naturalistas, as quais sedimentaram o alicerce da construção da República, regime novo, prenhe de progresso e evolução social, segundo seus defensores.

> No Ceará do final do século XIX, em busca de alcançar o modelo de desenvolvimento das grandes metrópoles como Paris, houve um movimento das elites locais em tentar implantar os ideais burgueses, desde o ponto de vista econômico, social, cultural e, na literatura e na filosofia, através da Academia Francesa (1872) se promoveu a inserção das ideias cientificistas e positivistas. O confronto dos grupos tradicionalista e liberal será decisivo no debate de ideias e projetos civilizacionais que viriam a ganhar repercussão na intelligenzia fortalezense (Da Silva, 2023, p. 113).

O Positivismo ganha adeptos dentro do círculo intelectual cearense, cujos membros irão formar grupos e agremiações com interesses múltiplos, mas sempre concatenados com as ideias progressistas em evidência no cenário internacional, sob a influenciada da corrente filosófica desenvolvida por Auguste Comte.

> No Ceará, percebemos o mesmo movimento geral de modernização nacional e de implantação do ideal burguês através do avanço da economia industrial, dos ideais republicanos, da "sofisticação" dos costumes (Belle Époque) e dos movimentos literários, científicos e intelectuais, tais como os Clubes e Gabinetes de leitura, da Academia Francesa (1874), mas também posteriormente, o Clube Literário (1886), o

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

> Instituto do Ceará (1887), a Padaria Espiritual (1892), a Academia Cearense de Letras (1894) e o Centro Literário (1894). Muito embora a sociedade cearense tivesse que conviver e enfrentar ao mesmo tempo as tradicionais mazelas do fim de século, tais como a escravidão, a seca, a fome, a peste de varíola e as precárias condições educacionais. Tal sociedade que em seus anseios buscava a modernidade enfrentava as contradições de um país atrasado, conservador e subdesenvolvido (Da Silva, 2023, p. 113).

A modernização do país – a que refere o autor - passou a ser entendia, em parte, como a superação do velho regime monárquico e escravagista, dando espaço para o desenvolvimento da indústria, com uso da mão de obra assalariada sob os auspícios republicanos. Ainda, pode ser entendida como a superação das desigualdades étnicas, em que o elemento afro-brasileiro fosse "aglutinado" até o total desaparecimento de sua presença na constituição da sociedade brasileira, ideal que foi perseguido pela importação de trabalhadores brancos de outros países, episódio que ficou conhecido como a "política de embranquecimento" (Schwarcz, 2010).

No Ceará, essa política eugênica ganhou préstimo com o foro da intelectualidade da capital. Para isso, foi muito contributiva a criação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), fundado em 4 de março de 1887, cuja finalidade, ao nascedouro, foi a difusão da História, da Geografia, da Antropologia e da Ciência cearense. Para Oliveira A. L. (2001, p. 120):

> Ao que parece, o Ceará não ficou isento desse contexto (do embranquecimento), muito por força dos abolicionistas ou/e dos historiadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Sobre esses estudiosos, Almir Leal de Oliveira (2001) defende que o modelo mais bem acabado de abordagem racista foi o elaborado por Joaquim Catunda (propunha a superação desse caráter étnico como forma de atingir a evolução da sociedade); já Paulino Nogueira descartou a mistura de índios e negros no Ceará, reafirmando uma tese recorrente em outros historiadores do Instituto Histórico do Ceará, quanto à particularidade local de a mestiçagem ser restrita a brancos e índios. Ao não valorizar a presença de traços culturais africanos e mesmo excluir o elemento negro na formação étnica local, o pensamento de Paulino Nogueira garantia "uma especificidade positiva para o caráter cearense."

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Assim, o discurso legitimado pela intelectualidade cearense, na sua mais elaborada expressão, difundiu por muito tempo a iniciativa da elite abolicionista e o apagamento da presença e da importância do negro na luta pelo fim do regime. Além disso, pregou-se que a miscigenação local se dera apenas entre o indígena e o branco, entre as "Iracemas" e os "Martim Soares". Esse ideário foi a perpetuação do romantismo alencariano levado a último termo.

Desta forma, no Ceará, a história oficial não reconheceu a luta de homens e mulheres negras e pardas por liberdade, nem sua herança genética e cultural. Ressalta-se que o pensamento vigente à época entendia a miscigenação no Brasil como um processo degenerativo devido à inferioridade do negro em relação ao branco, a tão ponto de o encontro entre essas duas raças não permitir a construção de uma sociedade mais forte e progressiva (Rodrigues, 1988).

Para Paulino Nogueira, o Ceará tinha um traço positivo na formação de seu povo. Segundo o historiador, essa característica se devia ao fato de que o negro não havia se misturado ao branco, logo, a mestiçagem comprometedora e decadente não atingia o caráter do cearense (Marques, 2013). Desta feita, a presença negra nessas terras passou à obscuridade, de tal forma que

> Homenageavam-se o civismo dos abolicionistas, as sociedades libertadoras, os políticos, mas não havia qualquer referência à atuação dos libertos na luta pela liberdade. No correr do tempo, os negros vão cada vez mais ficando à sombra do abolicionismo em comparação a brancos, reiteradamente homenageados por sua iniciativa e liderança no processo da libertação. O Ceará é cognominado "Terra da Luz" (expressão atribuída a José do Patrocínio para se referir ao Ceará por sua "iluminadora" liderança e exemplo a ser seguido na luta abolicionista no Império brasileiro) por ser a primeira província do Império do Brasil a libertar seus escravos (Marques, 2013, p. 355)

Outro dado importante a ser lembrado é o papel do Museu do Ceará na reafirmação do discurso hegemônico em relação ao apagamento do negro no processo abolicionista cearense. Criado em 1932, essa instituição, como muitas outras no país, passam a "assumir o papel de instruir e educar a população, utilizados como instrumentos de construção e afirmação de uma memória nacional que se constituía através das diretrizes do Estado" (Oliveira, 2010, p. 252).

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Nesse sentido, na sua atuação museológica, em exposições ou publicação em revista, é flagrante que

> Nas poucas vezes em que encontramos alguma referência à participação ativa do negro, o ato de rebeldia surge associado às ações extremadas de combatentes abolicionistas, que incitavam a fuga ou a rebelião de escravos. É como se todas as ações de resistência à escravidão, desde a fuga de escravos até a luta política, fossem motivadas por grupos vinculados a instituições ou agremiações abolicionistas. Para eles, o ideal seria realizar uma transição pacífica, sem grandes perturbações mas, se fosse necessária a insurreição, que fosse sob o comando e a orientação das elites. Aos poucos, a historiografia cearense vai destituindo o negro de sua capacidade de ação, pois renega qualquer contribuição que pudesse ter sido dada, por ele, à História do Ceará. (Oliveira, 2010, p. 254).

Segundo Oliveira, "para dar ao Ceará os atributos de província moderna e civilizada, era necessário romper os laços com tudo aquilo que representava atraso e barbárie, como a escravidão" (Oliveira, 2010, p. 256). O epíteto de "Terra da Luz" representava um exemplo de progresso e evolução social, com implicações de suma importância na constituição de uma história nacional. Portanto, era preciso afirmar uma abolição "civilizada", sem extremos de violência, e se houvesse, com a participação ou orientação do homem branco, "o civilizador".

Outra recorrência contributiva para essa condição de apagamento da figura do negro diz respeito ao entendimento de como se deu o processo escravista no Ceará. Foi-se afirmando cada vez mais que, em terras cearenses, a escravidão não teve as implicações de violência e maus-tratos que foram comuns em outras regiões, a saber, a zona açucareira (Funes 2020). Isso significa que "os africanos escravizados no Ceará foram usados desde o século XVII para pequenas plantações, cuidados com o gado, trabalhos domésticos, artesanais e outros e, no início do século XIX, para o cultivo de algodão" (Miles, 2011, p. 17).

Segundo João Brígido, "é preciso deixar bem acentuado que muito embora a crudelíssima disciplina da família antiga, que penetrava até as escolas, o escravo do Ceará não era o mesmo mártir da lavoura do Sul" (Brígido *apud* Girão, 1962, p. 222). No entender de Brígido e Milles, a escravidão cearense não contou com as arbitrariedades e os labores exaustivos da zona canavieira.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Para Raimundo Girão, o Ceará não contou com a massificação da mão de obra africana, e, se contou, o uso dessa força de trabalho se fez em diversos segmentos dos serviços, entre os quais constam os domésticos, mais leves e confortantes ao trabalho servil.

> Nessa organização socioeconômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano, a civilização do couro, os ombros afros pouco entraram em cena. Restringiram-se aos misteres da criadagem, gerando os "negros velhos" e as "babás", que não sofriam, via de regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas da mineração. [...] Daí porque a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense. E também porque, humilde e pouco, o negro não pôde subir na escalada social, ficou em baixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense. O Ceará, na realidade, nunca foi uma negrícia (Girão, 1962, p. l00).

Essa ponderação de Raimundo Girão é representativa da conjuntura ideológica sobre a condição do negro no Ceará. Primeiro porque, a agropecuária não contou com a presença massiva de mão de obra escrava, seja ela africana ou indígena. Isso se deveu ao modelo de criação do gado que, em essência, não precisava de muita presença do vaqueiro, podendo este em reduzido número campear e cuidar de vastos rebanhos em grandes extensões de terra (Silva, 2011).

De certa forma, o pensamento de Girão encontra respaldo nas estatísticas da economia agropastoril, embora seja necessário ressaltar que o Ceará contou com outras atividades econômicas em que o escravo africano teve maior participação, como o algodão.

Uma segunda afirmação de Girão relaciona a presença escrava a trabalhos domésticos, à criadagem, aos cuidados de crianças e outros afazeres da fazenda e do lar, sendo estes mais leves em oposição ao peso da lavoura de cana-de-açúcar e mineração. Essa afirmação generaliza a presença do escravo às lares da aristocracia, excepcionalmente na capital ou nas grandes povoações urbanas e grandes fazendas.

É necessário reconhecer que a mão de obra cativa esteve presente nas charqueadas, nos engenhos de açúcar do Cariri e nas plantações de algodão. Nestas atividades, certamente os escravizados tiveram uma vida mais dura, trabalhando ao sol, em condições insalubres e desassistidos de direitos básicos.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Além disso, prossegue o autor, a presença negra se deu de forma "humilde e pouca". Por consequência, esse grupo não conseguiu compor a etnicidade do povo cearense. Portanto, para o historiador, descarta-se a presença marcante do afro-brasileiríssimo na terra de "Iracema".

A questão étnico-racial atual

Instituído o discurso oficial, foram dezenas de anos em que as pessoas negras estiveram na obscuridade, sem adentrar os campos de interesse dos estudos sociais e culturais. Se acaso havia, quase sempre era para negá-lo ou reafirmar sua parca contribuição.

A princípio, a associação da presença do negro apenas à condição de escravo é um erro e uma "lógica perversa", como afirma Funes (2004). Sendo assim, torna-se um reducionismo sociológico alegar a pouca ou quase nenhuma contribuição do africano à formação do povo cearense devido à pouca significância do sistema escravocrata na Província.

Essa redução interpretativa fez com que no Ceará, como também em todo o país, as pessoas negras fossem sendo invisibilizadas, pois sua presença em muito recordava a existência de um passado escravista, que devia ser superado (Funes 2020). Assim, ao tentar esquecer esse tempo pretérito, deu-se o apagamento da contribuição de homens e mulheres negras, os quais têm parte na formação da nossa gente e ainda luta por essa representatividade incansavelmente.

Consequentemente, nesse processo histórico, como tentativa de resistência, o negro "excluído foi-se aquilombando nas periferias, nas favelas, nas frentes de expansão, enclausurando-se no mundo rural, no universo cultural, constituindo sua identidade, a partir de sua historicidade" (Funes, 2004, p. 132). Desta maneira, as formas de convivência das pessoas negras no Ceará são as mais diversas possíveis. Por um lado, buscou-se espaço de reconhecimento e inclusão na sociedade; por outro, deparou-se com uma política de repressão e criminalização de sua cultura, apagamento de suas tradições, ficando o espaço burguês e das

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

elites avesso às suas manifestações. A "liberdade" advinda com a abolição não veio seguida de políticas de tolerância e inclusão.

> No século XX, em meio às tentativas de esquecimentos, silêncios e repressões da cultura afro-brasileira no Ceará, o que se observou durante os anos que seguiram após o fim da escravidão e início da República foi o aumento da repressão estatal e policial às práticas culturais e religiosas da população negra. De forma paradoxal, essa população que o Estado considerava inexistente no Ceará tinha suas práticas culturais apagadas e controladas, sendo excluídas dos espaços públicos das cidades (França, 2023, p.152).

A título de exemplificação, na década de 1970, o Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional de Arte, elaborou e aplicou um programa intitulado "Defesa do Folclore Brasileiro" com objetivo de pesquisar e registrar manifestações folclóricas em todo o Brasil. No Ceará, a incumbência de tal tarefa ficou ao encargo de Florival Seraine, professor e folclorista brasileiro.

Em suas conclusões, Florival Seraine afirma que "a influência africana no Ceará, não só física como cultural, já tem sido reconhecida como pouco marcante" e que "culturalmente, o lusitano deixou, sem dúvida, quantidade maior de elementos integrantes do patrimônio folclórico regional" (Seraine, 1978, p. -8). Essa percepção corrobora quase um século de ostracismo a homens e mulheres negas no Ceará.

Diante desse quadro, coube ao negro ressignificar sua cultura e tentar sobreviver às intempéries advindas do discurso e das práticas hegemônicas perpetradas pela sociedade brasileira. Desta forma, foram quase 100 anos de tentativas de silenciamento e exclusão, até o advento do processo de reabertura democrática em que foi possível o debate mais aberto da importância da matriz cultural africana para a nacionalidade (Cortez, 2014). Assim,

> Até o início dos anos de 1980, o negro no Ceará era extremamente estigmatizado. Essa estigmatização assentava-se sobre um discurso étnico historicamente estabelecido, de que a presença e participação social do escravo nesse estado fora de pouca recorrência e relevância social. Essa perspectiva, além de associar e restringir o universo da cultura afro-cearense a experiência da escravidão, também estabelecia que em decorrência dessa pouca representatividade social do negro escravizado, derivava, consequentemente, a ausência de práticas racistas. (Sousa, 2006, p. 12)

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Com os novos tempos consequentes à Constituição de 1988, tem havido uma renovação na historiografia brasileira sobre as questões étnico-raciais. A princípio, superou-se o entendimento simplista de associar o negro diretamente à escravidão, como se a existência deste só se justificasse por uma herança do passado (Funes 2020). Procurou-se, nesta nova fase da sociologia, o debate das políticas públicas de inclusão, de direitos sociais, das manifestações culturais e de autoafirmação. Os movimentos negros explodem pelo Brasil ao lado da redescobertas de sociedades rurais negras e quilombos.

Em terras cearenses, dentro dos estudos do campo social, a maioria das pesquisas realizadas desde então intentou um afastamento do assunto "abolição", o qual foi por muito tempo entendido como "o fato heroico da grandiosidade cearense", narrativa que foi ideológica e discursivamente construída, propagada e legitimada pelo Instituto Histórico do Ceará (Sousa, 2006).

As novas frentes de pesquisa tentaram fazer uma crítica à historiografia tradicional que afirmava ser pouco significante a presença de afro-cearenses na Terra da Luz. Isso abriu um campo de investigação da riqueza da cultura cearense, a qual conta com a presença marcante de tradições de origem afro-brasileira, além da oportunidade de descontruir o mito da povoação e erradicação do racismo.

> Numa terra muito tempo autocentrada sobre a ideia de "Terra da Luz", não se pode mais dizer que "no Ceará, não tem negros". A questão do reconhecimento do legado fundamental e da riqueza cultural negra continua complexa, controversa, sintomática de uma ideologia racial que tende a se reproduzir, apoiando-se, fazendo eco, legitimando e cultivando o racismo, a exploração e a repressão de uma população marginalizada socialmente e estigmatizada racialmente (Funes; Rodrigues; Ribard, 2020, p. 9).

Embora seja um processo complexo e com suas contradições históricas, como afirmam os autores acima, a partir de 1970 começou-se a descobrir a existência de comunidades negras no Ceará, seja pela investigação do meio acadêmico ou jornalístico. Vem à luz aquilo que a historiografia oficial tentou invisibilizar. Esse conjunto de informações surge a partir da "atuação de grupos de consciência negra espalhados por diversas cidades do interior do estado e da capital", que, nascendo da consciência política, "colocavam em evidência algumas dessas

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

localidades, as quais passaram a representar elos entre o Movimento Negro cearense e cultura afro-cearense" (Souza, 2006, p 136).

Nessa conjuntura, surgiu no Ceará um processo de autoatribuição indenitária, fomentado pela militância que à época já contava com o Movimento Negro no Ceará, que se institui a partir do Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), formado no ano de 1980 e sediado na cidade de Fortaleza. Esses movimentos surgem por meio de diversos questionamentos relacionados às condições das vivências e da existência da identidade negra na sociedade cearense (Sousa, 2006).

Por fim, dá-se a legitimação da diversidade da cultura afro-brasileira no Ceará, agora numa visão inovadora de olhar o passado, desconstruindo as afirmações estigmatizadoras que perduraram por décadas.

A ressignificação do termo "quilombo" e sua presença no Ceará

A etimologia da expressão "quilombo" aponta para o aportuguesamento de Kilombo, palavra da língua umbundu, que significa em sua origem "acampamento ou local fortificado" (Munanga, 2008). Ao ser incorporado ao vocabulário do tempo colonial, passou a definir as aglomerações de pessoas negras que se organizavam para resistir à opressão do processo de escravização (O'Dwer, 2002).

A expressão foi usada oficialmente pela primeira vez na legislação colonial do Conselho Ultramarino de 1740, definida como "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (O'Dwer, 2002).

Esse uso durante a vigência do sistema de escravidão serviu como preceito jurídico com o objetivo claro de tipificar "um crime" – a fuga dos escravizados - e identificar os que o cometiam para aplicar punição (Moura, 2020). Nesse sentido, os quilombos representavam uma ameaça ao processo de "civilização" implantado no "novo mundo" e, consequente, um

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

prejuízo econômico das lavouras e da produção de riqueza colonial, sendo, por isso, perseguidos e combatidos (Fiabani, 2012).

Após a abolição, a expressão ganhou nova acepção, agora com o sentido de lugares de perigo, de refúgio de negras e negros criminosos, imorais e vadios. Segundo a crença da época, não havia motivos para o aquilombamento, haja vista que não existia mais a escravidão que justificasse esses modos de sobrevivência e resistência (Junior, 2012).

Em face da política de opressão e branqueamento instituídas no país no pós-abolição, pessoas negras, pardas - e outros sujeitos sociais sem integração à sociedade hegemônica do país - em busca de meios de sobrevivência, passaram a ocupar regiões das periferias urbanas ou regiões de terras devolutas, propiciando o surgimento de comunidades em ruptura com a sociedade oficial (Santos,1993).

Essas comunidades viveram por décadas a invisibilidade impulsionada pela sociedade brasileira, mas não passaram incólumes à luta pela garantia de direitos básicos e de cidadania. Com a redemocratização do país, um novo capítulo da historia da negritude passa a ser construído, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, no artigo 68, que "aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Posteriormente, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentou o dispositivo constitucional, trazendo a informação:

> Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
>
> § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
>
> § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. (Brasil, 2025).

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

O artigo da lei estabelece uma definição para o termo "quilombo", ressignificando-lhe o sentido, em que se reconhece a importância de aspectos históricos, identitários e socioculturais e a relação com a terra. Desta forma, a expressão deixou de designar apenas formações sociais que são resquício de um passado escravocrata e que subsistiu no tempo (O"Dwyer, 2008). Por isso, o conceito de quilombo, atualmente, abrange comunidades formadas a partir pessoas ex-escravizadas fugidas durante o regime de escravatura, mas também as coletividades que, após a Lei Áurea, se organizaram em busca de resistência (Calheiros e Stadtler, 2010).

Na visão de Anjos (2009),

> Ao quilombo contemporâneo deve estar associada uma interpretação mais ampla, não somente de resistência no passado, mas, sobretudo, no presente. De um território étnico capaz de se organizar e se reproduzir diferentemente no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo e com resistência para a manutenção da sua forma particular de viver (Anjos, 2009, p 108).

A partir dessa ressignificação, o conceito contemporâneo de quilombo vai além da história colonial de fuga. Trata-se de um território vivo e dinâmico no presente, onde comunidades étnicas mantêm seus modos próprios de vida, se organizam e exercem uma resistência contínua contra adversidades históricas e sociais para garantir sua reprodução cultural, social e territorial.

No território cearense, por muito tempo se creditou a escassez de comunidades quilombolas, fenômeno associado a fatores ambientais e sociológicos. Os dados sobre a presença dessas formações são muito fragmentadas, e foram muitas vezes preteridas em relação a outros temas (Funes, 2020). Oswaldo Oliveira Riedel, em Perspectiva Antropológicas do Escravo no Ceará, na década de 80, afirmava que

> A topografia do Ceará, tudo indica, não era apropriada para amocambar cativos fugidos. Na literatura compulsada (sic) não encontramos um só documento no qual fosse levantada suspeita dalgum quilombo, ou de sua destruição no território cearense (Riedel, 1988, p. 97).

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

A afirmação de Riedel, eivada do pensamento determinista geográfico, associa a presença de quilombo às condições ambientais e não à resistência das pessoas negas à escravidão. O autor desconsidera as diversas formas de organização dos sujeitos afro-diaspóricos para sobreviver diante do desalento proporcionado pelo estado brasileiro.

Ao contrário, Santos, Silva *et al* (2018) afirmam que há muitas referências de formação de mocambos e atitudes de resistência em solo cearense, o que levou a formação de quilombos no período colonial, com a presença de africanos provenientes das fazendas de gado, principalmente do estado de Pernambuco.

De Almeida Rodrigues, Tayronne *et al* (2021, p. 9) afirmam a presença de quilombos ou comunidades negras organizadas de diversas formas no Ceará, com presença marcante na historiografia.

> a presença de negros fugitivos vivendo em quilombos nos sítios, nas periferias de Fortaleza e apresentações dos Reis Congos ligados às irmandades de homens pretos são referidos para todo o século XIX, assim como a existência de agrupamentos negros já no século XX, como os Bastiões.

Para os autores essas "formações se deram com a migração de escravos de outras regiões ou províncias depois da abolição do Ceará", uma vez que encontraram a liberdade em solo cearense, "o que fomentou a criação de muitas comunidades negras rurais" (De Almeida Rodrigues, Tayronne *et al.,* 2021, p. 9).

Outro aspecto relevante diz respeito à não participação do negro no processo abolicionista cearense. Ficou latente na literatura oficial a pouca participação ou ausência de iniciativas de pessoas negras escravizadas. Ainda hoje, pouco se sabe sobre os movimentos de resistência de homens e mulheres negras no Ceará, em parte por falta de pesquisas ou acesso a informação.

Funes, Rodrigues e Ribard, em *Histórias de Negros no Ceará,* relata o assalto da embarcação Laura Segunda, em que "dezesseis homens de cor e um homem branco mataram o capitão do barco por sofrerem maus-tratos e foram capturados em Aracati. O líder foi baleado, e os outros foram todos condenados à prisão" (Funes, Rodrigues e Ribard, 2018, p. 14).

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

Ainda, Funes (2004) comenta que a narrativa da pouca presença de pessoas negros no Ceará atual devido à pouca significância do processo de escravização é uma lógica perversa que associa o negro à escravidão, deixando implícito que todo negro é um escravizado ou descendente. Para o autor, isto é uma forma de desqualificar e estigmatizar socialmente a população afrodescendente.

A questão quilombola atual no Ceará

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, o Ceará abriga 23.955 pessoas quilombolas, distribuídas em áreas urbanas e rurais. Ao todo, o estado conta com 15 territórios oficialmente delimitados, 138 comunidades declaradas e 153 localidades quilombolas. Essa nova realidade sociológica reforça a importância de aprofundar os estudos sobre essas populações, compreendendo sua formação histórica, suas vivências e suas memórias de resistência diante de um contexto social que historicamente tentou invisibilizá-las.

De acordo com Chave e Silva, (2017, p. 155-156)

> "As comunidades, em sua maioria, localizam-se em áreas de difícil acesso e em condições precárias de vida. Apesar dessa fragilidade, os territórios quilombolas se estabeleceram ao longo do tempo, existindo quilombos com mais de 200 anos de fixação na mesma localidade. Estes criam e recriam suas formas de vida, se adaptam à natureza e à realidade que os cercam. Esses quilombos distribuem-se geograficamente em diversas paisagens, habitando desde áreas elevadas até a depressão sertaneja, assegurando formas diferenciadas de uso e ocupação do solo. A ocupação de áreas diversificadas garantiu uma diversidade cultural a essas comunidades, permitindo traçar diferentes formas de convivência com esses ambientes."

Da mesma forma, Ratts (2009), informa que se encontram predominantemente nessas comunidades moradores que se mantêm como agricultores e trabalhadores rurais. Assim, "hábitos como caçar, pescar, criar animais, limpar o terreno para os roçados, retirar a madeira para a construção das residências e para cozinhar" pertinentes à existência econômica e sociocultural dessas comunidades (Chaves e Silva, 2017, p. 157).

Para Souza (2006) foi a partir dos anos de 1970, quando se deu início a identificação de comunidades negras rurais, que se começou a desconstruir a afirmação de que no Ceará

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

não existiam negros. Essa redescoberta permitiu, a partir de 1980, o fortalecimento dos movimentos negros, com a fundação do Grupo União e Consciência Negra (GRUCON) em Fortaleza. Como consequência, segundo Ratts (2009), em 1992, o Fórum de Entidades Negras permitiu identificar, de imediato, 50 localidades com populações afrodescententes distribuídas em todo o território cearense.

Esse movimento foi fundamental para que o movimento negro cearense elaborasse e sistematizasse documentações sobre as condições de vida das comunidades afrodescendentes, tanto sobre aspectos da identidade como também a relação do homem com a terra.

A partir disso, foi criada em 2006 a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE), a qual passou a ser mentora da articulação estadual das comunidades, buscando promover a igualdade dos povos quilombolas e a qualidade de vida através de políticas públicas.

Com a atuação dessa comissão, foi diagnosticado que, em virtude da configuração histórica, as comunidades quilombolas do Ceará enfrentam dificuldades, as quais, segundo Nascimento (2013, p.102)

> [...] são de diversas ordens, que vão desde a negação da identidade, entre as próprias famílias, falta de representação políticas nas estâncias governamentais municipal, estadual e federal, burocracia e morosidade nos processos de regularização fundiária, falta de vontade política dos estores/as públicos em desenvolver ações que assegure o direito dos quilombolas.

Para LIMA e SILVA (2019), "os processos organizativos das comunidades quilombolas cearenses é a estratégia fundamental para se fazer frente às dificuldades apontadas", em parte, garantir a regularização fundiária, a qual carece do processo de autodefinição e a certificação da Fundação Palmares.

Porém, segundo Calaça (2011) as comunidades quilombolas se encontram ainda fora dos processos educativos no Ceará, o que dificulta a superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos. Por isso que, para Dantas (2011, p.264), para se reconhecer e compreender os quilombos no território cearense é preciso suplantar as

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

ausências históricas, as quais implicam o saber sobre as formas de ocupação do território, a emigração, a fugas e a falta de serviços prestados ao Estado.

Nesse sentido, ainda são necessária mais pesquisas que ofereçam indicadores sobre a realidade sociocultural e econômica das comunidades quilombolas no Ceará. Superar essa lacuna por meio da produção de dados sólidos é essencial para orientar políticas públicas integradas que promovam a autonomia comunitária e a qualidade de vida dessas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por quase um século, se propagou na tradição historiográfica do Ceará a pouca expressividade da presença negra na sociedade, o que contribuiu para a invisibilidade da cultura afro-cearense. Esse discurso tem raízes na formação sociocultural e econômica perpetrada na colonização pelo homem português, processo que se deu de forma tardia em relação ao litoral nordestino. Invasões, secas e resistência nativa retardaram a ocupação do interior da capitania, dificultando a consolidação da pecuária, o que se daria no final do século XVII, com as frentes pecuaristas de Pernambuco e da Bahia, quando estes adentraram o sertão com seus currais, dando origem a vilas e cidades mediante a expulsão e a violência contra os povos nativos.

Na presença do bioma caatinga, a pecuária se desenvolveu em toda a região, originando a chamada "Civilização do Couro", centrada no trinômio fazendeiro, boi e vaqueiro. Por demandar pouca mão de obra, baixo capital e domínio da terra, os colonos recorreram inicialmente à escravização do elemento nativo, o que provocou violentos conflitos com as populações indígenas.

Posteriormente, deu-se a introdução da mão de obra do escravo do africano, de forma gradual e por via terrestre, com trabalhadores vindos de províncias vizinhas como Pernambuco. A presença desse trabalhador cresceu a partir de meados do século XVIII com o avanço da mineração no Cariri e o fortalecimento econômico da pecuária, integrando homens livres, vaqueiros e agregados, o que contesta a narrativa histórica de que a presença negra no estado teria sido inexpressiva.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

No início do século XIX, a cultura do algodão passou a coexistir com a pecuária tradicional e tornou-se a principal fonte de capital da província, que conquistara sua autonomia em relação a Pernambuco. Os lucros advindos com essa nova atividade econômica ampliou a presença da mão de obra escravizada, chegando, na década de 1840, a representar 13% da população local.

Contudo, a crise da lavoura de algodão e da pecuária elevou a evasão de escravizados para o Sul e Sudeste via tráfico interprovincial que, somado às mobilizações sociais, desencadeou a luta abolicionista, tornando a província a primeira a extinguir a escravidão no Brasil, em 25 de março de 1884. Contaram para isso a resistência dos próprios negros, o engajamento da população civil em sociedades libertadoras e ações de forte impacto popular — a exemplo da recusa dos jangadeiros liderados por Dragão do Mar em transportar escravizados.

Após a abolição, a sociedade cearense, por meio de sua elite e intelectuais, promoveu um sistemático processo de apagamento histórico e exclusão social das populações negras. Sob a influência do positivismo e do ideário de modernização republicana, consolidou-se uma narrativa oficial, em que se negou a resistência dos povos afrodiaspóricos, minimizou a gravidade da escravidão na região e alegou que a miscigenação cearense se dera apenas entre brancos e indígenas, perpetuando o mito da "Terra da Luz" com pouca presença de negros e pardos. .

No entanto, com a Constituição de 1988, a mobilização do Movimento Negro e os avanços em pesquisas historiográficas e sociológicas, esse discurso oficial passou a ser desconstruído, trazendo à tona a importância da matriz afro-cearense e reconhecendo as comunidades quilombolas não apenas como heranças do passado colonial, mas como territórios vivos de resistência, identidade e busca contínua por direitos sociais e espaço na sociedade.

Hoje, segundo dados do IBGE de 2022, o Ceará abriga cerca de 24 mil pessoas quilombolas organizadas em dezenas de comunidades que historicamente desconstruíram o mito da inexistência de negros no estado. Contudo, as comunidades ainda enfrentam graves

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

gargalos, como morosidade na regularização fundiária (que exige certificação da Fundação Palmares), fraca representatividade política, precarização de vida e exclusão dos processos educacionais.

Em conclusão, essas comunidades ainda permanecem invisíveis aos olhos do poder público e da sociedade cearense. O direito à terra, a preservação de seus modos vida têm sido negligenciados e muitas vezes silenciados. As informações levantadas aqui revelam ser indispensável o avanço de pesquisas e dados sólidos para fundamentar políticas públicas que promovam sua autonomia e superem as desigualdades históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

ANJOS, R. S. A. Quilombos: **Geografia Africana- Cartografia Étnica - Territórios Tradicionais.** Mapas Editora & Consultoria, 190p. Brasília, 2009.

BALDÉ, Mamadu Uri. **Escravidão negra no Ceará durante a segunda metade do século XIX.** 2016

BANDEIRA, Luiz Cláudio Cardoso. **Histórias das africanidades e diásporas religiosas "em troca de águas" de terreiros desde o Ceará.** In: JUNIOR, Henrique Cunha, SILVA, Joselina da, NUNES, Cícera (org.). Artefatos da cultura negra no Ceara. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

BARBOSA, Erlene Pereira; DA SILVA, Wagner Pires. **O semiárido e o desenvolvimento: o caso do Ceará**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 21, n. 02, p. 1-24, 2025.

BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos).** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BUENO, Eduardo. ***Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores***. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. 288 p. il. ISBN 8573022523

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

CAVALCANTE, Diego Estevam. **Natureza, tempo e a arte do prognóstico nos escritos sobre o estado da agricultura na capitania do Siará Grande (séculos XVIII e XIX). História Unicap**, v. 7, n. 14, p. 309-327, 2020.

CAXILE, Carlos Rafael Vieira et al. **Sociedade Libertadora Cearense: a palavra em ação– O Jornal O Libertador enquanto instrumento de doutrinação moral e social.** 2018.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras.** Revista Katálysis, v. 13, p. 133-139, 2010.

CHAVES, Leilane Oliveira; SILVA, Edson Vicente. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, 2017.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do colégio brasileiro de cirurgiões, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CORDEIRO, Grecianny Carvalho. **O Protagonismo Feminino no Movimento Abolicionista Cearense**. Revista do Instituto do Ceará – 2023, pp 129 a 146]

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. ***O cabra do Cariri cearense: a invenção de um conceito oitocentista.*** *2015.*

CORTEZ, Ana Sara RP; IRFFI, Guilherme. **Escravidão, Núcleos Familiares e Mestiçagem: uma análise do cariri cearense no século XIX**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

DA SILVA, Francisco José. Rocha Lima, a Academia Francesa e o Positivismo no Ceará. **Polymatheia-Revista de Filosofia**, v. 16, n. 1, p. 109-123, 2023.

DE ALMEIDA RODRIGUES, Tayronne et al. **Entre resistências, avanços e retrocessos: um panorama sócio-histórico das comunidades quilombolas no Brasil e na região do Cariri Cearense.** Research, Society and Development, v. 10, n. 11, p. e551101120087-e551101120087, 2021.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

DE SOUSA, Maria Aparecida; JUNIOR, Darlan de Oliveira Reis. **Os aldeamentos indígenas no Ceará colonial (século XVIII).**

DE SOUZA MARTINS, Paulo Henrique. **Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934).** 2011.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **O "povo" nas ruas e as festas abolicionistas: cultura política e a abolição do Ceará nas ruas da Corte**. in ANPUH–XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA–Fortaleza, 2009.

FRANÇA, Lusirene Celestino. **Racismo e invisibilidade negra: o legado da emancipação da escravidão no Ceará**. Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História, v. 17, n. 1, 2023.

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará [**recurso eletrônico] / Eurípedes A. Funes; Eylo Fagner Silva Rodrigues; Franck Ribard (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

FUNES, Eurípedes Antônio. "**Negros no Ceará**". In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide [et al]. (Orgs). Uma nova história do Ceará. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

GIRÃO, Raimundo. (1962). **Pequena História do Ceará.** *Ed. Instituto do Ceará.*

GIRÃO, V. C. **As oficinas ou Charqueadas no Ceará**. MultiGraf. 1958

GOULART, José Alipio. **Brasil do boi e do couro. Coleção Ensaios Brasileiros – Homens e Fatos III**. 1965. Ed. GRB Edições, Rio de Janeiro

GRAHAM, Richard. N**os tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil‖.** In. Afro-Ásia, n. 27, 2002.

JUNIOR, CUNHA; AFROETNOMATEMÁTICA, H. A. **Quilombo: patrimônio histórico e cultural**. Revista Espaço Acadêmico, Curitiba, n. 129, 2012.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

LIMA, Ivan Costa; SILVA, David da. Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades. **Braz. J. of Develop., Curitiba**, v. 5, n. 6, p. 5814-5827, 2019.

MARQUES, Janote Pires. **A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003.** Poiésis**,** v. 7, n. 12, 2013.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MILES, Tshombe L. **A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, João L. J. Processos educativos: a luta das mulheres pescadores/as do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. Fortaleza: UFC: Faculdade de Educação, 2013. (Dissertação de mestrado)

OLIVEIRA, A. L. de. O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.Memória, representação e pensamento social (1887-1914). Tese (Doutorado em História) –Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombo e a prática social do antropólo**go. In: _____. (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 268 p. (Introdução. p. 13-42).

O"DWYER, E. C. **Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção.** Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes, v. 14, n. 1/2, jan/dez., 2008, p. 9-16.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Memória em disputa: o negro e a abolição no Museu do Ceará.** 2010.

PUNTONI, Pedro Luís. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização Do sertão nordeste do Brasil**, 1650-1720. 2002.

RATTS, A. Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2009.

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva antropológica do escravo no Ceará**. **(No Title)**, 1988.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 317 p.; 21 cm.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932** / Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Ed. da UNB, 1988.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHWARCZ, Lilia (2010). «**O som do silêncio: sobre interditos e não ditos nos arquivos quando o tema é escravidão ou escorre para o racismo**». Cadernos AEL. 17 (29): 71-96. Consultado em 10 de maio de 2021.

SERAINE, F. **Folclore Brasileiro: Ceará**. Rio de Janeiro: MEC/Funarte, 1978.

SILVA, Maria Edvânia da et al. **História, memória e identidade quilombola no cariri-cearense (comunidades sítio Arruda-Araripe e Carcará-Potengi).** 2017.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará – Das Origens à Extinção.** 2ª ed. Fortaleza. Instituto do Ceará, 2011

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da "Negrada Negada" a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995).** Fortaleza: UFC (Dissertação de Mestrado em História Social), 2006.

STUDART FILHO, Carlos. ***Notas para a História das Fortificações no Ceará (Separata do Boletim do Museu Histórico do Ceará).*** Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937.

STUDART FILHO, Carlos. ***Notas para a História das Fortificações no Ceará (Separata do Boletim do Museu Histórico do Ceará).*** Fortaleza: Ramos & Pouchain, 1937.

Recebido em: 15/09/2026
Aprovado em: 09/10/2026
Publicado em: 03/11/2026

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)